



Revista Educação Especial

ISSN: 1808-270X

revistaeducacaoespecial.ufsm@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria

Brasil

Fernandes Ferreira, Elizângela; De Abreu Van Munster, Mey
Métodos de avaliação do comportamento adaptativo em pessoas com deficiência intelectual: uma
revisão de literatura
Revista Educação Especial, vol. 28, núm. 51, enero-abril, 2015, pp. 191-206
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313132931015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Métodos de avaliação do comportamento adaptativo em pessoas com deficiência intelectual: uma revisão de literatura

Elizângela Fernandes Ferreira*
Mey de Abreu Van Munster**

Resumo

Os déficits cognitivos e adaptativos podem interferir no desenvolvimento da autonomia e da independência de pessoas com deficiência intelectual. Desta forma, identifica-se a necessidade de avaliar o comportamento adaptativo em pessoas nessa condição, a fim de ajustar o planejamento, a implementação e avaliação de programas de intervenção às necessidades desse público. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar os métodos de avaliação do comportamento adaptativo, empregados junto à população de pessoas com deficiência intelectual. Trata-se de uma pesquisa de cunho quali-quantitativo, do tipo bibliográfica. Os dados foram coletados por meio do banco de dados da CAPES, da *Dynamed* e *UptoDate*. Os dados foram analisados, quantitativo e qualitativamente. Os resultados apontaram uma prevalência de utilização de instrumentos padronizados, com destaque para a Escala do Comportamento Adaptativo – Vineland. O contexto predominante neste método de avaliação foi o clínico, sendo a finalidade de maior incidência, a correlação do comportamento adaptativo com um fator externo. Já para os instrumentos não padronizados, o contexto com maior incidência foi o educacional. Nesse método, a observação direta tem sido amplamente empregada. Quase todos os domínios do comportamento adaptativo têm sido avaliados nos estudos, contudo, há uma evidência maior em aspectos relativos ao domínio social.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Comportamento Adaptativo; Educação Especial.

* Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil.

** Professora doutora da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil.

Methods for assessment of adaptive behavior in people with intellectual disabilities: a literature review

Abstract

Cognitive and adaptive deficits may compromise the autonomy and independence development of people with intellectual disabilities. Thus, there is a need to evaluate the adaptive behavior of these people, so intervention programs can be planned and implemented. Therefore the present study aimed to analyze the adaptive behavior's assessment methods used in people with intellectual disabilities. This is a survey of qualitative and quantitative nature of the documentary type. Data were collected through the database of CAPES, and the Dynamed UptoDate. For data analysis we used descriptive statistics. The results showed a preference for standardized instruments, highlighting the scale of adaptive behavior - Vineland. However, some researchers chose to use standardized instruments, the most used direct observation. Generally, it was concluded that standardized instruments of the type scale are mostly used by researchers to evaluate the adaptive behavior of this population.

Keywords: Intellectual Disabilities; Adaptive Behavior; Special Education.

Introdução

Aproximadamente 3% da população mundial apresenta deficiência intelectual (MATSON et al., 2012) e no Brasil, a ocorrência desta deficiência é de 1,36% (IBGE, 2010). A deficiência intelectual (DI) é caracterizada por déficits nas habilidades cognitivas e adaptativas (BELVA, 2011; FREITAS; RODRIGUES, 2007; EISENHOWER; BAKER; BLACHER, 2007). Apesar de muitas condições genéticas serem conhecidas por desencadear a deficiência intelectual, existem, também, fatores sociais e culturais que podem agravar a deficiência (CHENG; CHEN, 2010).

Pessoas com DI possuem uma disfunção cognitiva, dificultando, assim, o seu ajustamento social (FREITAS; RODRIGUES, 2007). Tal fato demonstra a importância de desenvolver pesquisas relacionadas ao comportamento adaptativo, pois este é composto por uma série de habilidades necessárias para atingir a independência na vida diária e proporcionar o auto ajuste às situações estressantes interpessoais (GAL; HARDAL-NASSER; ENGEL-YEGER, 2011; BELVA, 2011).

O comportamento adaptativo (CA) pode ser definido como uma constelação de habilidades que permite as pessoas a se adaptarem efetivamente, nas atividades diárias, em casa, na escola, no trabalho e na comunidade (OAKLAND; HARRISON, 2008), ou, ainda, ser entendido como uma coleção de habilidades conceituais, sociais e práticas, as quais as pessoas apreendem e utilizam no seu cotidiano (AAIDD, 2010, p. 15). Déficits nessas habilidades podem limitar a independência dessas pessoas.

Dentro deste contexto, ressalta-se a relevância de aprofundar o conhecimento sobre o tema, pois, as pessoas com DI, geralmente, apresentam déficits no CA, difi-

cultando sua autonomia e independência. Algumas pesquisas apontam a necessidade de desenvolver as habilidades adaptativas em crianças, jovens e adultos com DI (BELVA et al., 2012; DI NUOVO; BUONO, 2007; FREITAS; RODRIGUES, 2007; JONES et al., 1999; HANLEY et al., 1998; HORNER, 1980).

De forma geral, esses estudos destacam a importância de desenvolver as habilidades adaptativas mais comprometidas. No entanto, para identificar tais habilidades é necessária uma avaliação do comportamento adaptativo. É válido ressaltar que a avaliação é utilizada tanto para o diagnóstico da DI como para o planejamento e implementação de programas de intervenção. Nesta perspectiva, é imprescindível que as limitações intelectuais e adaptativas sejam mensuradas dentro de padrões culturalmente significativos e qualificadas como deficitários (FREITAS; RODRIGUES, 2007).

Há um crescente interesse pelo desenvolvimento adaptativo como uma medida da resposta do indivíduo ao meio cultural. Assim, fica evidente a necessidade de instrumentos que sejam capazes de mensurar o nível de funcionamento adaptativo de forma simples e clara (DUJIN; *et al*, 2010). Ao se pensar na realidade brasileira, constatou-se uma carência de instrumentos capazes de fornecer indicativos acerca do comportamento adaptativo (AGUIAR, 2006).

As formas comumente relatadas da avaliação do comportamento são baseadas em situações de análise de observações (GRESHAM; WATSON, 1998), entrevistas, questionários, observação direta, entre outros (AGUIAR, 2006). Diante do exposto, surgiu a seguinte questão de pesquisa: quais formas de avaliação do comportamento adaptativo têm sido empregadas para aferi-lo em pessoas com deficiência intelectual? Assim, o presente estudo teve por objetivo geral analisar os métodos de avaliação do comportamento adaptativo, empregados junto à população de pessoas com deficiência intelectual. Como objetivo específico, pretendeu-se realizar um levantamento acerca dos instrumentos e outras formas de avaliação do comportamento adaptativo em pessoas com deficiência intelectual e verificar em quais contextos, e com quais finalidades, tais instrumentos tem sido mais frequentemente aplicados/empregados.

Método

O presente estudo, de cunho quanti-qualitativo, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, pois foram utilizados estudos publicados em periódicos de domínio público. Segundo Marconi e Lakatos (2008), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se por utilizar publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas que estão disponíveis publicamente. Os artigos selecionados estão disponibilizados nos bancos de dados pertencentes ao Portal de Periódicos da CAPES, disponível em <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>, onde são encontradas bases de dados de diversas áreas do conhecimento. O acesso a essas bases está vinculado ao acervo gratuito e privado, sendo este último geralmente financiado por universidades.

Para um melhor refinamento da busca, foram selecionadas vinte e duas bases de dados deste portal (*Scielo, Science Direct, Cinahl, BMJ, Biomed, DOAJ, JAMA, Lilacs, Scopus, Science, Web of Science, Psycarticles (APA), New England Journal, Sport*

Discuss, Journals Ovid Full, Cambridge, Cell Press, Highwire Press, ASP, GALE, ERIC e BVS), além destas bases vinculadas ao Portal de Periódicos CAPES, foram consultadas *Dynamed* e *UptoDate*. A seleção deste corpo de busca é devido à abrangência do tema deste estudo. Foram utilizadas bases de dados vinculadas à área de conhecimento da Medicina Geral, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Educação, Neurologia e Saúde Coletiva, pois todas essas áreas estão relacionadas ao estudo do comportamento adaptativo.

O processo envolveu a escolha dos descritores, visando identificar os métodos de avaliação do comportamento adaptativo comumente mais utilizados em estudos relativos à Deficiência Intelectual. Assim, a busca envolveu o cruzamento de duas palavras-chave; “*adaptive behavior AND intellectual disability*”.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2012 e percorreu as seguintes etapas:

a) Acesso ao Portal de periódicos da Capes. Para obter o acervo bibliográfico do estudo, selecionou-se o item “busca avançada” na opção “buscar assunto”. Em seguida, foram selecionadas 11 bases de dados, realizando, assim, uma busca simultânea nessas bases, utilizando o cruzamento de descritores “*adaptive behavior AND intellectual disability*”. Posteriormente, realizou-se a busca nas 11 bases de dados restantes, inteirando o total de 22 bases. A partir desse levantamento inicial, foi possível extrair dados referentes aos métodos utilizados para avaliar o comportamento adaptativo de pessoas com deficiência intelectual.

b) Exclusão dos artigos que tinham como objetivo central a validação e confiabilidade e teste-reteste.

c) Tabulação dos dados para visualizar as informações obtidas por meio das bases de dados do Portal de Periódicos Capes, juntamente com a *Dynamed* e *UptoDate*. Em seguida, foi realizada uma análise quantitativa descritiva.

d) Os artigos foram subdivididos em três grupos: A. formas de avaliação não padronizadas e não validadas; B. instrumentos de avaliação validados e padronizados; C. avaliação combinada (enquadraram-se nesta categoria os artigos que adotaram mais de um método associado para avaliar o comportamento adaptativo).

e) Inferiram-se os contextos e as finalidades dos estudos com base nos objetivos e resultados destes.

Resultados

Mediante os filtros de busca apresentados na seção correspondente à descrição dos métodos, obteve-se um total de 89 estudos, desses, 60 referiam especificamente a avaliação do CA em pessoas com DI. O restante referia-se as habilidades sociais, a qual está inserida em um dos domínios (social) do CA. A partir das análises dos achados, chegou-se às formas de avaliação do comportamento adaptativo exibidos na Figura 1. Foram encontrados seis tipos de avaliação, tanto em aspectos quantitativos como qualitativos.

Formas de Avaliação do Comportamento Adaptativo



Figura 1. Gráfico referente às formas de avaliação do comportamento adaptativo para pessoas com deficiência intelectual.

Na Figura 1 é possível compreender a predominância de instrumentos padronizados (70%), $n=42$, seguido da avaliação não padronizada (20%), $n=12$. Sendo 10% ($n=6$) os estudos que empregaram a avaliação de forma combinada (instrumento padronizado e não padronizado).

Para melhor compreensão, dividiu-se em três grupos, sendo: A (formas de avaliação não padronizadas e não validadas), B (instrumentos de avaliação validados e padronizados) e C (combinado).

No grupo (A), agruparam-se os instrumentos de avaliação não padronizados, foram mapeadas cinco formas empregadas pelos pesquisadores para avaliar o CA de pessoas com DI, exibidas na Figura 2.

Grupo A - Instrumentos não padronizados

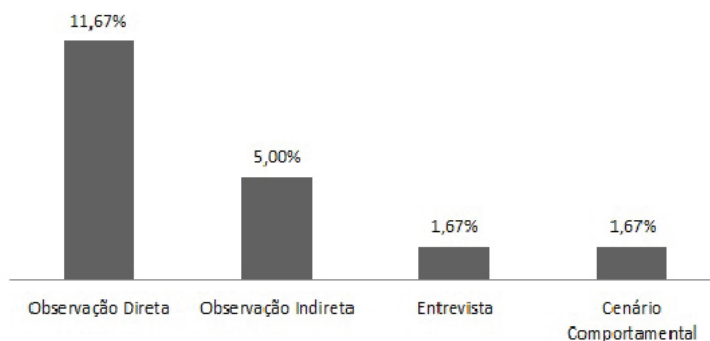


Figura 2. Instrumentos de avaliação do comportamento adaptativo para pessoas com deficiências intelectuais não padronizados (Grupo A).

Nesse grupo, obteve-se 12 estudos de um total de 60. A observação direta foi a forma de avaliação mais empregada, correspondente a 11,67% (n=7) do total de artigos captados. Já a observação indireta constou-se de 5% (n=3) dos estudos, seguida pela entrevista, 1,67% (n=1), e cenário comportamental, 1,67% (n=1).

O grupo B, destinado às formas de avaliação padronizadas, pode ser conferido na Figura 3.

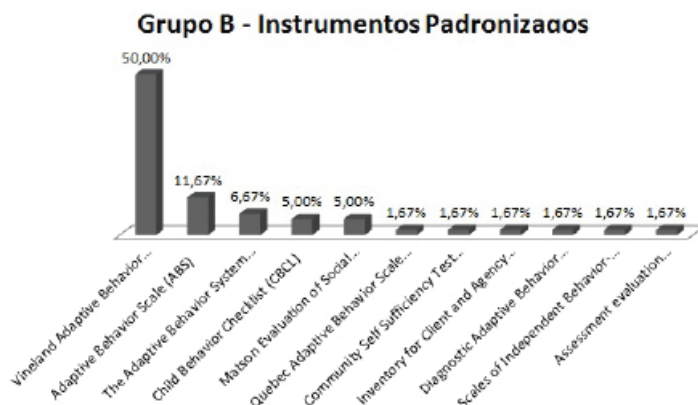


Figura 3. Gráfico referente aos instrumentos de avaliação do comportamento adaptativo padronizados para pessoas com deficiência intelectual (Grupo B).

A maioria das escalas empregadas para mensurar o CA tem sua perspectiva teórica baseada nos princípios relacionados ao seu conceito. A *Vineland Adaptive Behavior Scales* (VABS), desenvolvida por Edgar Doll, com o foco nas habilidades para a vida (SPARROW, 2009), foi a escala com maior emprego dentre os 60 estudos mapeados, 50% (n=30). Tal instrumento encontra-se adaptado para a língua portuguesa, no entanto, até o momento não foi encontrado nenhum estudo de origem brasileira que tenha empregado a referida escala. Há duas versões do VABS, uma voltada a bebês e crianças e outra a adultos. Por meio de uma entrevista semiestruturada, com os responsáveis, avaliam-se as capacidades de autossuficiência na comunicação; habilidades de vida diária; socialização e habilidades motoras.

Já a *Adaptive Behavior Scale* (ABS), é oriunda dos estudos de Lambert et al. (1974), sendo elaborada por Nihira e colaboradores após revisões ao *Child Behavior Checklist* (CBCL). A finalidade dessa escala é avaliar a independência pessoal e comunitária, além do desempenho pessoal e social de crianças em idade escolar (SPREAT, 1982). Em 1993, a escala foi revisada e originou o *Adaptive Behaviour Scale – Residential and Community* (ABS-RC-2). A escala é destinada a crianças e adultos com DI. Dividido em duas partes: a primeira avalia as habilidades e hábitos da pessoa em 10 domínios de comportamento, importantes para o desenvolvimento da independência pessoal na vida diária; a segunda mensura o comportamento mal adaptado relacionado a transtornos de personalidade e comportamento.

O *The Adaptive Behavior System* (ABAS) tem os princípios baseados na atual definição da AAIDD e em diretrizes estaduais e federais dos sistemas de classificação de educação especial, o Manual Diagnóstico e Estatístico IV-TR da Associação Psiquiátrica Americana (DSM-IV-TR). Foi revisado em 2003, originando o ABAS II. Possui quatro pontuações dentro dos domínios conceituais, sociais, práticos. Avalia comunicação, uso comunitário, função acadêmica, saúde e segurança, vida diária e escolar, lazer, autocuidado, autodireção, social, trabalho. Inclui mais de 20 itens, tanto para os professores, como para os pais (JAMES; WALLACE, 2004).

O instrumento *Child Behavior Checklist* (CBCL) proveniente de uma pesquisa financiada pela Associação Americana de Deficiência Mental (AAMD), com o intuito de desenvolver um meio para mensurar o CA. Desse modo, foi produzida uma série de itens e escalas de independência pessoal. Em seguida, foram pesquisadas as expectativas sociais e os incidentes críticos nas instituições e em ambientes comunitários, originando o CBCL (SPREAT, 1982). Atualmente, é composto por 20 itens de competência social e 118 itens referentes ao comportamento problemático, que devem ser respondidos pelos pais. Avalia as atividades pessoais, sociais e escolares. A faixa etária para aplicação é dos 6 aos 18 anos.

Matson Evaluation of Social Skills for Individuals with Severe Retardation (MESSIER), reúne itens dos domínios de socialização e comunicação do VABS. Projetada para ser uma medida aplicada para avaliar os pontos fortes e fracos em habilidades sociais de pessoas com DI severa e profunda (MATSON, 2009). Formado por 85 questões agrupadas em seis itens (positivo verbal; positivo não verbal; positivo geral; negativo verbal; negativo não verbal; negativo geral). Estes são avaliados, em relação à frequência em que ocorrem, utilizando a escala de Likert: nunca (0), raramente (1), às vezes (2) e, muitas vezes (3).

Quebec Adaptive Behavior Scale (QABS) foi baseado na perspectiva das normas culturais e sociais. Sua função primordial está na classificação de pessoas com DI, com o objetivo central de avaliar o CA de pessoas com DI em ambientes residenciais, escolares e hospitalares. Avalia 7 habilidades: autonomia; habilidades domésticas; saúde e sensorio-motor; comunicação; habilidades pré-escolares e escolares; socialização; habilidades de trabalho; comportamentos inadequados, totalizando 324 questões. É preenchido por pais, cuidadores ou professores, podendo ser aplicado a partir de 3 anos (MAURICE et al., 1997).

Community Self Sufficiency Test (CSST) é derivado de cinco anos de estudos e de origem psiquiátrica (HUANG; ZHANG, 2009). Sua finalidade é avaliar o nível de independência na vida comunitária de forma abrangente.¹ Administrado individualmente, projetado para pessoas com DI acima de 16 anos. Consiste em 10 subtestes: tempo; serviço público; dinheiro; sinais funcionais; funções domésticas; saúde e segurança; uso de ferramentas; recreação e lazer; preparação pré-profissional. Cada subteste possui 10 itens, totalizando 100 itens (YNG-SU et al., 2008).

O Inventory for Client and Agency Planning (ICAP), publicado em 1986, é específico para pessoas com DI. Baseou-se no conceito estabelecido pela Associa-

ção Americana de Retardo Mental (AAMR), nos anos 60 e 70 (CENTENO, 1999). Avalia as habilidades motoras; linguagem e comunicação; habilidades da vida diária e da vida em comunidade, e os problemas no comportamento. É mensurado por um questionário-entrevista para os pais ou cuidadores. Permite adquirir informações sobre as características demográficas, diagnóstico, serviços de apoios necessários e social/lazer.

Scales of Independent Behavior-Revised (SIB-R) é uma revisão da Escala de Comportamento Independente, publicada em 1984. Sua finalidade é determinar o nível de funcionamento adaptativo de uma pessoa. Aplicado aos cuidadores e, em alguns casos, pelo próprio indivíduo, por meio de uma entrevista estruturada ou um procedimento de lista de controle. Há uma pontuação do desenvolvimento precoce em crianças de 2,5 anos e mais novos, ou para pessoas com deficiência em nível elevado. Contém 226 itens, organizados em 14 subescalas e agrupados em quatro grupos (DAVIS, 2010). Mensura as habilidades motoras, sociais, comunicação, vida e pessoais.

Assessment evaluation programming system for infants and children (AEPS) tem a base principal educacional, pois foi criada para produzir uma imagem completa e detalhada dos comportamentos e habilidades das crianças. Ajuda a identificar alvos educacionais para as necessidades de cada criança, formular metas adequadas ao desenvolvimento, realizar avaliações antes e depois das intervenções e envolver as famílias em todo o processo (SEYNHAEVE; GROSBOIS; DIONNE, 2008). Deve ser preenchido por profissionais especialistas de diferentes disciplinas, professores e pais. Cada área é composta por metas e objetivos específicos, dispostos de acordo com a dificuldade da criança. Cada comportamento pode ser marcado como: “aprovado” (2 pontos), quando é exibido espontaneamente e generalizada; “inconsistente” (1 ponto), quando exibido em situação específica; incorreta e “falho” (0 ponto), quando não é apresentada ou quando necessita de assistência contínua. As áreas avaliadas são motricidade fina e grossa, cognitiva, social, adaptativa e comunicação.

A escala *Diagnostic Adaptive Behavior Scale* (DABS) foi desenvolvida pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD), voltada, exclusivamente, para o diagnóstico. Para sua construção, foi realizada análise de itens relevantes, como os conceitos de credulidade, vulnerabilidade e cognição social, que são críticos para identificar a DI (NAVAS et al., 2012). É dependente da faixa etária (4-8; 9-15; 16-21). Cada formulário possui questões diferenciadas, pertinentes ao comportamento adaptativo de cada faixa etária. Mensura as três áreas do CA (domínio prático, conceitual e social).

No grupo C, foram alocados os estudos que utilizaram ambas as técnicas de avaliação do grupo A e B, em combinação. Ressalta-se que poucos estudos utilizaram a forma mista, totalizando 10% (n=6). As pesquisas que empregaram as duas técnicas de avaliação foram relacionadas a averiguar assistências governamentais às pessoas com DI (CHOU et al., 2011; TOTSICA et al., 2010; JONES et al., 1999), assim como, apontar características comportamentais de crianças com e sem DI (ELSENHOWER; BAKER; BLACHER, 2007), ou averiguar como tem acontecido a

transição escolar de crianças com DI (MCINTYRE; BLACHER; BAKER, 2006) e analisar os efeitos de gênero e idade sobre a relação entre o comportamento adaptativo e o funcionamento intelectual de jovens infratores com DI (HAYES, 2005)

Dentre os métodos de avaliação encontrados nesta pesquisa, ao analisar os estudos dos grupos A, B e C, foi possível estabelecer em quais contextos, finalidades e domínios estes foram desenvolvidos. O Quadro 1 demonstra os principais contextos encontrados nos estudos analisados. Foi possível apontar quatro contextos, o clínico, o educacional, o familiar e o de lazer. Os instrumentos padronizados são empregados com maior frequência no contexto clínico, já para os não padronizados, obteve uma maior ocorrência no meio educacional.

Instrumento	Contexto			
	Clínico	Educacional	Familiar	Lazer
VABS	20	10	1	0
QABS	1	0	0	0
CSST	1	0	0	0
ABS	1	0	0	0
ICAP	4	4	1	1
CBCL	0	3	0	0
DABS	1	0	0	0
MESSIER	2	0	0	0
SIB-R	1	0	0	0
ABAS	1	1	0	0
AEPS	1	0	0	0
Observação Direta	1	5	0	0
Observação Indireta	2	1	0	0
Entrevista	0	1	0	0
Cenário Comportamental	0	1	0	0

Quadro 1. Relação dos métodos de avaliação do comportamento adaptativo e os contextos onde tais métodos foram empregados. Fonte: Elaborado pelas autoras.

No quadro 2, observa-se as finalidades com que os instrumentos avaliativos foram empregados nos estudos. A finalidade de maior ocorrência, dentre os estudos, verificou-se nas correlações das habilidades adaptativas com um fator externo, ou seja, as pesquisas tinham a preocupação se tais habilidades adaptativas têm relações com fatores emocionais, sociais, doenças psiquiátricas ou aplicação no trabalho. Os números alocados dentro dos parênteses referem-se à quantidade de estudos.

Instrumento	Finalidades
VABS	Correlações com as habilidades adaptativas (12); Delineamento das habilidades adaptativas (7); Planejamento de intervenções (6); Diagnóstico (4); Elegibilidade para programas sociais (2).
QABS	Delineamento de habilidades adaptativas (1).
CSST	Correlações com as habilidades adaptativas (1).
ABS	Elegibilidade para programas sociais (3); Correlações com as habilidades adaptativas (3); Planejamento para intervenções (2), Desenvolvimento de instrumento (1) e diagnóstico (1).
ICAP	Delineamento de habilidades adaptativas (1).
CBCL	Planejamento para intervenções (2); Correlações com as habilidades adaptativas (1).
DABS	Desenvolvimento de instrumento (1).
MESSIER	Correlações com as habilidades adaptativas (2).
SIB-R	Correlações com as habilidades adaptativas (1).
ABAS	Correlações com as habilidades adaptativas (2).
AEPS	Correlações com as habilidades adaptativas (1).
Observação Direta	Correlações com as habilidades adaptativas (3); Planejamento para intervenções (3); Elegibilidade para programas sociais (1).

Continuação Quadro 2

Observação Indireta	Correlações com as habilidades adaptativas (2); Planejamento para intervenções (1).
Entrevista	Elegibilidade para programas (1).
Cenário Comportamental	Elegibilidade para programas (1).

Quadro 2. Relação dos métodos de avaliação do comportamento adaptativo e as finalidades empregadas nos estudos encontrados. Fonte: produzido pelas autoras.

Em relação aos domínios do CA avaliados, compreendeu-se que há uma diversidade de áreas sendo consideradas, mas de forma geral, eles avaliam algumas habilidades adaptativas, compostas dentro dos domínios três do CA: conceitual, social e prático (Quadro 3).

Instrumento	Domínios e/ou habilidades adaptativas
VABS	Comunicação, Vida diária, Socialização e Motora.
QABS	Habilidade de autonomia, domésticas, saúde, motora, escolar, comunicação, sociais e trabalho.
CSST	Serviço público, dinheiro, sinais funcionais, funções domésticas, saúde e segurança, recreação e lazer; preparação pré-profissional.
ABS	Independência; desenvolvimento físico; atividade econômica; linguagem, números e tempo; atividade doméstica e profissional; autodireção; responsabilidade e socialização.
ICAP	Habilidades motoras; linguagem e comunicação; habilidades da vida diária e da vida em comunidade.
CBCL	Habilidades pessoais, sociais e na escola.
DABS	Habilidades conceitual, social e prática.
MESSIER	Habilidades sociais.
SIB-R	Habilidades motoras, social, comunicação e vida pessoal.
ABAS	Habilidades de comunicação, comunidade, função acadêmica, saúde e segurança, vida diária e escolar, lazer, autocuidado, autodireção, social e trabalho.
AEPS	Habilidades de comunicação, motora, cognitiva e social.
Observação Direta	Habilidades conceituais, sociais e práticas.

Continuação Quadro 3

Observação Indireta	Habilidades sociais, motoras e conceituais.
Entrevista	Habilidades conceituais, sociais e práticas.
Cenário Comportamental	Habilidades conceituais e sociais.

Quadro 3. Relação dos métodos de avaliação do comportamento adaptativo e os domínios ou habilidades adaptativas avaliados estudos encontrados. Fonte: Elaborado pelas autoras.

Discussão

A partir do reconhecimento da importância do comportamento adaptativo para o diagnóstico da deficiência intelectual, pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD), o assunto tornou-se foco de pesquisas e discussões. Atualmente, existem mais de 200 escalas que mensuram o CA (SCHA-LOCK, 1999), com diversas finalidades, além de outras técnicas utilizadas ao longo da história. Podem ser utilizadas como medidas de saúde, diagnóstico, servir como instrumentos de pesquisa, avaliação de programas educacionais e avaliação clínica.

A escolha de uma ou mais técnicas de avaliação do CA dependerá do ambiente (contexto) e da finalidade pretendida. No caso desta revisão, optou-se por estudar as formas mais usadas para avaliar o CA em pessoas com DI. Isto é necessário, pois o tema, aqui abordado, está sendo amplamente discutido, em termos de conceito, avaliação para diagnóstico, implementação e avaliação de programas educacionais, entre outros.

É importante ressaltar algumas questões potencialmente limitantes do estudo. Uma diz respeito à circunscrição do estudo ao Portal de Periódicos CAPES, que pode não ter sido suficiente para alcançar algumas formas de avaliação. Outro aspecto refere-se ao uso de um único idioma: o inglês. Possivelmente existam outros estudos relevantes publicados em idiomas distintos.

Ao se contrastar a Figura 1, observa-se a predominância dos instrumentos padronizados para avaliação do CA. Apenas um desses instrumentos padronizados, o VABS, encontra-se adaptado para a realidade brasileira. Tal fato demonstra a necessidade de concentrar esforços para que haja adaptação para o contexto brasileiro. No entanto, primeiramente, há necessidade de apontar quais instrumentos são mais adequados à realidade brasileira e, posteriormente, adaptá-lo, ou mesmo construir e validar instrumentos específicos e concernentes à cultura brasileira. Há essa preocupação, pois, em outros países, existe a tradução de outros instrumentos encontrados neste estudo, além do VABS, como o ABAS da versão de Taiwan (CHOU, et al., 2011).

No Grupo A, ressalta-se a predominância da forma de observação direta (Figura 2). Tal técnica permite uma situação real do comportamento, possibilitando uma veracidade do dado. Entretanto, é um processo difícil de ser conduzido de forma confiável, pois se deve considerar o problema da interferência do pesquisador (observador) no comportamento do observado (MARCONI; LAKATOS, 2008). Alguns pesquisadores recrutam mais de um observador para garantir a fidedignidade e a

confiabilidade dos dados, como nos estudos de Vonderen; Swart; Didden, (2010); Totsika et al., (2010); Eisenhower, Baker, Blacher (2007); Jones et al., (1999); Hanley et al., (1998) e Horner, (1980), todos empregaram a relação inter-observadores. É válido ressaltar que a maioria dos estudos citados acima empregou tanto a observação direta como o instrumento avaliativo.

A forma não padronizada (observação indireta) é pertinente em pesquisas que desenvolvem programas de treinamento de habilidades. O estudo realizado por Van Vonderen (no prelo) utiliza-se de vídeos para analisar os comportamentos que precisavam ser trabalhados (VONDEREN; SWART; DIDDEN, 2010).

Já o grupo B, demonstrado na Figura 3, observa-se a predominância do VABS, este foi utilizado por ser um instrumento capaz de mensurar o nível do funcionamento adaptativo de maneira mais simples e direta (DUIJN et al., 2010), por ser fidedigno com boas condições psicométricas de confiabilidade (BELVA; MATSON, 2013; BELVA et al., 2012; DI NUOVO; BUONO, 2010; MATSON et al., 2003) e por ser amplamente utilizado nos Estados Unidos da América (EUA) para diferenciar crianças pré-escolares com deficiência, além de avaliar a eficácia de programas de educação especial (VONDEREN; SWART; DIDDEN, 2010).

É importante ressaltar que os instrumentos de avaliação como testes ou escalas têm inserções e finalidades bem definidas e não devem substituir as avaliações não padronizadas (PAIXÃO JR; REICHENHEIM, 2005), como o caso das formas de avaliação encontradas. As avaliações não padronizadas permitem maior flexibilidade, além de mensurar respostas não esperadas e insensíveis aos instrumentos padronizados. No entanto, as medidas padronizadas oferecem vantagens de serem menos suscetíveis a vieses e permitem estabelecer uma linha de base bem definida.

Contudo, pode-se dizer que, em ambos os grupos, encontram-se técnicas de boa qualidade quando mensuradas apropriadamente. Observa-se que, apesar de pouco empregado, os métodos combinados, neste estudo, também são eficazes para garantir a confiabilidade e permitem um cruzamento de dados obtidos, como apontado por Leonir (2006).

Foi possível constatar que o CA tem sido avaliado predominantemente no contexto clínico em relação aos demais contextos, educacional, familiar e de lazer, devido ao fato dos estudiosos pertencerem, principalmente, à área da saúde. Destaca-se o fato de que o CA está intimamente relacionado ao campo da Psicologia, exigindo que a maioria dos instrumentos padronizados sejam aplicados por profissionais com a correspondente formação.

Obtiveram-se diversas finalidades, no entanto, as correlações entre as habilidades adaptativas com um fator externo ocorreram com maior predominância. Os estudos abordavam uma correlação das habilidades adaptativas com o mercado de trabalho (SU, et al., 2008), fatores emocionais (DIDDEN, et al., 2009; LA MAFA et al., 2009) e com transtornos mentais (HEALY, 2011; SEYNHAEVE; GROBOIS; DIONNE, 2008; DI NUOVO; BUONO, 2007; MATSON, et al., 2006). Tal fato pode ser devido à expansão de pesquisas em doenças mentais e a deficiência intelectual, juntamente com os esforços das pesquisas da neurociência (VENTURA, 2010).

Os resultados do presente estudo apontam para a raridade e a preocupação insuficiente em abordar o CA, bem como adaptar formalmente instrumentos padronizados para avaliá-lo no contexto brasileiro. Parece haver uma predominância do emprego de formas assistemáticas no Brasil, pois foi encontrado somente um estudo sobre o tema e este utilizava somente instrumentos não padronizados, desenvolvido por Freitas e Rodrigues (2007).

Conclusão

Este estudo destaca as formas de avaliações do comportamento adaptativo na deficiência intelectual, utilizadas pelos pesquisadores. Neste contexto, nota-se que a maioria dos estudos adota os instrumentos padronizados e validados, com destaque para o Vineland Adaptive Behavior Scales (VABS). Contudo, alguns estudos em menor escala optaram por utilizar, além dos instrumentos, outras formas de avaliação, como observação direta e indireta do comportamento, análise de fichas/relatórios, entrevista e cenário comportamental. Dentre os contextos inferidos (clínico, educacional, familiar e lazer), houve preferência pelo clínico nos instrumentos padronizados e educacional para o não padronizado, e a finalidade de maior ocorrência, em ambos os métodos, foi nas correlações das habilidades adaptativas com um fator externo.

Mediante o que foi apresentado, é possível inferir que há uma preferência pelos instrumentos padronizados e validados em relação às outras formas de avaliação do comportamento adaptativo e o contexto com maior exploração é o clínico.

Referências

- AAIDD. **Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports**. ed.11, 2010. 259 p.
- AGUIAR, A. A. R. **Análise das habilidades comunicativas de adultos portadores de retardo mental**. 2003. 92 p. Dissertação (Mestrado em Educação do Indivíduo Especial) - Centro de Educacao e Ciencias Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.
- BELVA, M. C.; MATSON, J. L. An examination of specific daily living skills deficits in adults with profound intellectual disabilities. **Research in developmental disabilities**, v. 34, p. 596-604, 2013.
- BELVA, B. C.; et al. An examination of specific communication deficits in adults with profound intellectual disabilities. **Research in developmental disabilities**, v.33, p. 525-529, 2012.
- BELVA, B.; et al. The relationship between adaptive behavior and specific toileting problems according to the profile on toileting issues (POTI). **Journal of developmental and physical disabilities**. v.23, p. 535-542, 2011.
- CENTENO, D. M. El sistema valoracion-enseñanza-evaluacion de destrezas adaptativas: icap, cals y als. In: **III Jornadas científicas de investigación sobre personas con discapacidad**. Simposio “Retos en la respuesta al retraso mental en la vida adulta: Formación, oportunidades y calidad de vida”, Salamanca, 19 de Mar. 1999.
- CHENG, Y.; CHEN, S. Improving social understanding of individuals of intellectual and developmental disabilities through a 3D-facial expression intervention program. **Research in developmental disabilities**, v. 31, p. 1434-1442, 2010.
- CHOU, Y-C.; et al. Outcomes of a new residential scheme for adults with intellectual disabilities in Taiwan: a 2-year follow-up. **Journal of Intellectual Disability Research**, v.55, n.9, p. 823-831, set. 2011.
- DAVIS, A. S. **Handbook of Pediatric Neuropsychology**. New York: Springer Publishing Company, 2010. p.1214.
- DIDDEN, R. et al. Substance abuse, coping strategies, adaptive skills and behavioral and emotional problems in clients with mild to borderline intellectual disability admitted to a treatment facility: A pilot study. **Research in Developmental Disabilities**, v. 30, p. 927-932, 2009.

- DI NUOVO, S.; BUONO, S. Behavioral phenotypes of genetic syndromes with intellectual disability: Comparison of adaptive profiles. **Psychiatry Research**, v. 189, p. 440-445, 2007.
- DUJIN, G. et al. The development of adaptive skills in Young people with Down syndrome. **Journal of Intellectual Disability Research**, v. 54, n. 2, p. 943-954, nov. 2010.
- EISENHOWER, A. S.; BAKER, B. L.; BLACHER, J. Early student–teacher relationships of children with and without intellectual disability: Contributions of behavioral, social, and self-regulatory competence. **Journal of Psychology**, v. 45, p. 363-383, 2007.
- FREITAS, D. P.; RODRIGUES, G. M. O processo de aprendizagem mediado pelo meio líquido: uma experiência com uma pessoa com síndrome de Momo. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 6, n. 3, p. 119-125, 2007.
- GAL, E.; HARDAL-NASSER, R.; ENGEL-YEGER, B. The relationship between the severity of eating problems and intellectual developmental deficit level. **Research in Developmental Disabilities**, v. 32, p. 1464–1469, 2011.
- GRESHAM, F. M.; WATSON, S. **Handbook of child behavior therapy**. T. Stuart Watson (Ed.); Frank M. Gresham (Ed.). New York: Plenum Press, 1998, p. 507.
- HANLEY, G. P.; et al. Effects of wrist weights on self-injurious and adaptive behaviors. **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 31, p. 307-310, 1998.
- HAYES, S. C. Diagnosing intellectual disability in a forensic sample: Gender and age effects on the relationship between cognitive and adaptive functioning. **Journal of Intellectual & Developmental Disability**, v. 30, n.2, p. 97-103, 2005.
- HEALY, K. **A study of crisis intervention and planned family support with vulnerable families**. Micah Projects, South Brisbane, funded by FACHSIA., 2011.
- HORNER, R. D. The effects of an environmental “enrichment” program on the behavior of institutionalized profoundly retarded children. **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 13, n. 3, p. 473-491, 1980.
- HUANG, C.; ZHANG, Y. Clinical differences between late-onset and early-onset chronically hospitalized elderly schizophrenic patients. In: Taiwan. **Int. J. Geriatr. Psychiatry**, v. 24, p. 1166–1172, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **Censo 2010**. Brasil: IBGE, 2013.
- JAMES, O. R.; WALLACE, M. A. Test review. **Journal of Psychoeducational Assessment**, v. 22, p. 367-373, 2004.
- JONES, E.; et al. Opportunity and the promotion of activity among adults with severe intellectual disability living in community residences: the impact of training staff in active support. **Journal of Intellectual Disability Research**, v. 43, n. 3, p. 164-178, jun. 1999.
- La MALFA, G. et al. Emotional development and adaptive abilities in adults with intellectual disability. A correlation study between the Scheme of Appraisal of Emotional Development (SAED) and Vineland Adaptive Behavior Scale (VABS). **Research in Developmental Disabilities**, v.30, p. 1406-14012, 2009.
- LAMBERT, N. M. **The Educationally Retarded Child: Comprehensive Assessment and Planning for Slow Learners and the Educable Mentally Retarded**. New York: Grune & Stratton, 1974.
- LEONIR, Y. Pesquisar e formar: repensar o lugar e a função da prática de ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1299-1325, set./dez. 2006.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAURICE, P.; et al. **Échelle québécoise de comportements adaptatifs (ÉQCA)**. Manuel technique (97,0). Montreal: UQAM, Département de psychologie, 1997.
- MATSON, J. L. **Social Behavior and Skills in Children**. New York, NY: pringer Science Business Media, LLC, 2009. p. 334.
- MATSON, J. L.; et al. Scaling methods to measure psychopathology in persons with intellectual disabilities. **Research in Developmental Disabilities**, v. 33, n. 2, p. 549–562, mar–apr. 2012.
- MATSON, J. L.; et al. An evaluation of social and adaptive skills in adults with bipolar disorder and severe/profound intellectual disability. **Research in Developmental Disabilities**, v. 27, p. 681-687, 2006.

- MCINTYRE, L. L.; BLACHER, J.; BAKER, B.L. The transition to school: adaptation in young children with and without intellectual disability. **Journal of Intellectual Disability Research**, v.50, n. 5, p.349-361, may 2006.
- NAVAS, P.; et al. Development of an instrument for diagnosing significant limitations in adaptive behavior in early childhood. **Research in Developmental Disabilities**, v.33, p. 1551-1559, 2012.
- OAKLAND, T.; HARRISON, P. L. Adaptive Behaviors and Skills: An Introduction. In: **Adaptive Behavior Assessment System-II**, p. 3-20, 2008.
- PAIXÃO JUNIOR, C. M.; REICHENHEIM, M. E. Uma revisão sobre instrumentos de avaliação do estado funcional do idoso. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p.7-19, 2005.
- SCHALOCK, R. The merging of Adaptive Behavior and Intelligence: Implications for the field of Mental Retardation. IN Schalock, R. & Braddock, D. (EDS), **Adaptive Behavior and its Measurement**. AAMR, EUA, p. 43-59, 1999.
- SEYNHAEVE, I.; GROSBOIS, N. N.; DIONNE, C. Functional abilities and neuropsychological dysfunctions in young children with autism and with intellectual disabilities. **European Journal of Disability Research**, n.2, p. 230-252, 2008.
- SHIN, N.V.; et al. The effects of a home-based intervention for young children with intellectual disabilities in Vietnam. **Journal of Intellectual Disability Research**, v.43, n. 4 p. 339-352, apr. 2009.
- SPARROW, S. Adaptive Behavior Then and Now: A Tribute to the Vision of Edgar Doll. **American Psychological Association**, v. 33, p. 5-9, 2009.
- SPREAT, S. The AAMD adaptive behavior scale: a psychometric review. **Journal of School Psychology**, v. 20, n. 1, p. 45-56, 1982.
- SU, C. Y.; Neuropsychological predictors of everyday functioning in adults with intellectual disabilities. **Journal of Intellectual Disability Research**, v. 52, n. 1, p.18-28, jan. 2008.
- TOTSICA, T.; et al. Behavior Problems, Psychiatric Symptoms, and Quality of Life for Older Adults With Intellectual Disability With and Without Autism. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 40, p. 1171-1178, 2010.
- VONDEREN, A.; SWART, C.; DIDDEN, R. Effectiveness of instruction and video feedback on staff's use of prompts and children's adaptive responses during one-to-one training in children with severe to profound intellectual disability. **Research in Developmental Disabilities**, v. 31, p. 829- 838, 2010.
- YNG SU, C.; et al. The role of cognition and adaptive behavior in employment of people with mental retardation. **Research in Developmental Disabilities**, v. 29, p. 83-95, 2008.

Correspondência

Elizângela Fernandes Ferreira – Universidade Federal de São Carlos. José Timoteo da Silva, Santo Antônio. CEP: 36570-000 – Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: elizangela.fernandes.f@gmail.com – meym@ufscar.br

Recebido em 13 de junho de 2014

Aceito em 15 de setembro de 2014